

**A. I. N°** - 055862.0001/03-1  
**AUTUADO** - TROPICAL MOTOS LTDA.  
**AUTUANTE** - EREMITO GONÇALVES DE ROMA  
**ORIGEM** - INFAZ JACOBINA  
**INTERNET** - 18/05/04

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF N° 0142-03/04**

**EMENTA: ICMS. 1.** DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE BENS DE CONSUMO. FALTA DE PAGAMENTO. Infração parcialmente comprovada. **2.** ENTRADA DE MERCADORIA. FALTA DE ESCRITURAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A entrada de mercadorias não contabilizadas indica que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizá-las, efetuou os pagamentos de tais entradas com recursos decorrentes de operações também não contabilizadas. Infração parcialmente comprovada. **3.** DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DMA. FALTA DE ENTREGA. Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração de 04/02/2004, exige ICMS de R\$2.792,71 em decorrência das seguintes irregularidades:

1. Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento. ICMS de R\$560,43 e multa de 60%.
2. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apuradas através de entradas de mercadorias não registradas. ICMS de R\$1.160,11 e multa de 70%.
3. Declarou incorretamente dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através do DMA (Declaração e Apuração Mensal do ICMS). Multa de R\$1.072,17.

O autuado ingressa com defesa, fls. 122/124, e reconhece parcialmente a infração 1, no montante de R\$297,09.

Quanto á infração 2, aponta que os valores de R\$228,01 e de R\$5,50 encontram-se devidamente registrados no livro Registro de Entradas, nº 1, fls. 44 e 50, respectivamente. Reconhece o valor de R\$1.120,42.

Reconhece a infração 3 e pede a procedência parcial do Auto de Infração , ao tempo em que solicita o parcelamento em 10 (dez) prestações iguais e sucessivas.

O autuante presta a informação fiscal de fl. 158 e acata as razões da defesa, reduzindo o valor do débito para R\$2.489,68.

## VOTO

Trata-se de Auto de Infração no qual está sendo exigido o ICMS em duas infrações e multa por descumprimento de obrigação acessória na terceira infração.

A primeira, em decorrência da falta de recolhimento da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da Federação, foi parcialmente reconhecida, no valor de R\$297,09, sendo as razões de defesa acatadas pelo autuante, no que concordo face às comprovações trazidas ao PAF.

Quanto à segunda infração, o autuado comprovou que registrou as entradas de mercadorias no livro Registro de Entradas nº 1, fls. 44 e 50, nos valores de R\$228,01 e de R\$5,50, respectivamente, devendo ser abatidos da exigência fiscal, que passa a ser no valor de R\$1.120,42.

Quanto à terceira infração, na qual foi imputada a multa pela declaração incorreta de dados na DMA, o autuado expressamente a reconheceu.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **055862.0001/03-1**, lavrado contra **TROPICAL MOTOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.417,51**, sendo R\$467,25, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, inciso II da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, e R\$950,26, acrescido das multas de 60% sobre R\$297,09 e 70% sobre R\$653,17, previstas no inciso II, “F”, III, da citada Lei e artigo e dos acréscimos legais, e **27 UPFs/BA**, previstas no art. 42, XVIII, “c” da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de maio de 2004.

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - PRES. EM EXERCÍCIO/RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR